

# Bancos prorrogam dívida mas juro continua alto

CESAR FONSECA  
da Editoria de Economia

O presidente José Sarney anunciou ontem que o Governo conseguiu, junto aos credores internacionais, prorrogar por mais um ano os financiamentos às exportações no valor de 16 bilhões de dólares. As parcelas da dívida externa vencidas em 1985 serão prorrogadas por sete anos com cinco de carência. Entretanto, as negociações em relação à redução das taxas de juros continuaram indefinidas. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, após receber às 22 h, o último telefonema do dia, do presidente do Banco Central, Fernão Bracher, de Nova Iorque, comunicou que as negociações foram suspensas e prosseguem hoje.

O ministro considerou uma vitória do Governo a negociação até onde foi levada até agora, porque foram realizadas sem o pressuposto de que a economia terá que submeter-se, este ano, a um acordo Stand by do Fundo Monetário Internacional que previa um ajuste drástico das finanças públicas, além de um acompanhamento sistemático por parte dos técnicos do Fundo que estariam no País de três em três meses para certificarem se tudo

estaria caminhando conforme a figurino monetarista imposto pela instituição.

Satisfeito, Funaro considerou que a prorrogação por mais um ano dos financiamentos às exportações — créditos de curto prazo, interbancários e comerciais — permitirá o Governo a conduzir a economia com maior fôlego e "tranquilidade", fato que abrirá espaço para a complementação de uma segunda etapa da política econômica que será a discussão de um acordo nacional para controlar a inflação.

Esta, na opinião do ministro, está sob controle e deverá voltar, a partir do próximo mês, ao patamar de 10 por cento aproximadamente, porque até lá deverá estar normalizado o abastecimento agrícola prejudicado pela longa estiagem.

Sobre a prorrogação do principal da dívida vencida em 85, o ministro disse estar tranquilo, porque vencido o prazo de sete anos e cinco meses de carência será possível realizar novas negociações. O principal assessor econômico do ministro, João Manoel Cardoso de Melo, destacou que o principal, como não será pago, deverá ser novamente prorrogado, já que inte-

ressa aos bancos o essencial que é o pagamento das taxas de juros.

O ministro Funaro encerrou o seu dia de ontem às 22 h. Enquanto falava aos repórteres dos resultados mais recentes das negociações realizadas por Fernão Bracher — "que realizou um trabalho excepcional", destacou — o ministro foi novamente chamado ao telefone de Nova Iorque. Enquanto os repórteres esperavam-no, João Manoel, respondendo à indagação sobre qual o prazo para a negociação da redução das taxas de riscos sobre os empréstimos, disse que "esperam, pois dentro de uma hora o assunto estará resolvido". Funaro terminou o telefonema com Bracher e ressaltou que, infelizmente, não haveria, ainda ontem, decisão sobre o assunto. Reconheceu que as negociações estavam bastante difíceis, mas que prosseguiram hoje.

O assessor econômico João Manoel estava eufórico. Destacou que a prorrogação dos vencimentos de curto prazo, que até agora estavam sendo prorrogados, desde o início do ano passado, de três em três meses, representou uma vitória histórica do Brasil, porque veio sem precisar submeter a economia a terapias ortodoxas.